

RESEARCH ARTICLE

Projeto Pedagógico de um Curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Análise da Concepção Política de Ensino Médio Integrado

Andressa Vargas de Souza ^{a,1}, Rúbia Emmel ^{b,2}

(a) Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo | Universidade Federal da Fronteira Sul - Cerro Largo | Cerro Largo, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/1555197093676570>

(1) **E-mail** (Corresponding author): andressa.vargas98@gmail.com

(b) Doutora em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI | Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Santa Rosa | Rio Grande do Sul, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/0571152072006961>

(2) **E-mail:** rubia.emmel@iffarroupilha.edu.br

História do artigo / Article history

Recebido: 20 agosto 2021 | Aceito: 03 janeiro 2022 | Publicado online: 21 março 2022.

© O(s) Autor(es) 2022 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



RESUMO

Resumo | Neste estudo parte-se do objetivo de analisar as concepções de currículo integrado e de ensino médio integrado a partir de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Realizou-se análise documental sobre o Ensino Médio Integrado, incluindo as legislações, pareceres, resoluções e diretrizes curriculares que envolvem o tema do Ensino Médio Integrado, a partir do olhar crítico de pesquisadores da área. Desse modo, foi possível compreender as relações de trabalho e educação, bem como a importância da criação das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na efetivação das propostas de ensino médio integrado. Consideramos que houve avanço significativo na educação profissional técnica de nível médio, porém salientamos que ainda precisa-se de mais políticas públicas efetivas para que sejam mantidas e melhoradas as propostas de ensino médio integrado a cursos técnicos.

Palavras-chave | Educação. Trabalho. Legislações. Análise documental.

ABSTRACT / RESUMEN

Pedagogical Project of a High School Course Integrated with Professional Education: analysis of the political conception of Integrated High School

Abstract | In this study, the objective is to analyze the conceptions of integrated curriculum and integrated high school from a Pedagogical Course Project (PPC) Technical in Agriculture Integrated to High School. A documentary analysis was carried out on Integrated Secondary Education, including legislation, opinions, resolutions and curriculum guidelines that involve the theme of Integrated Secondary Education, from the critical perspective of researchers in the area. In this way, it was possible to understand the relationships between work and education, as well as the importance of creating the Federal Institutions of Education, Science and Technology in the realization of proposals for integrated secondary education. We believe that there has been a significant advance in technical professional education at secondary level, but we emphasize that more effective public policies are still needed so that proposals for secondary education integrated with technical courses are maintained and improved.

Keywords | Education. Job. Legislation. Document analysis.

Proyecto Pedagógico de un Curso de Bachillerato Integrado con Educación Profesional: análisis de la concepción política del Bachillerato Integrado

Resumen | Este estudio parte del objetivo de analizar las concepciones de currículo integrado y bachillerato integrado desde un Proyecto de Curso Pedagógico (PPC) Técnico en Agricultura Integrado a Bachillerato. Se realizó un análisis documental sobre la Educación Secundaria Integrada, incluyendo legislación, dictámenes, resoluciones y lineamientos curriculares que involucran el tema de la Educación Secundaria Integrada, desde la perspectiva crítica de los investigadores del área. De esta forma, fue posible comprender las relaciones entre trabajo y educación, así como la importancia de la creación de las Instituciones Federales de Educación, Ciencia y Tecnología en la implementación de propuestas de educación secundaria integrada. Creemos que ha habido un avance significativo en la educación técnica profesional a nivel secundario, pero enfatizamos que aún se necesitan políticas públicas más efectivas para que las propuestas de educación secundaria integradas con cursos técnicos se mantengan y mejoren.

Palabras-clave | Educación. Trabajo. Legislación. Análisis de documentos.

INTRODUÇÃO

Este estudo reflete sobre o currículo integrado na perspectiva do ensino médio integrado, parte-se do pressuposto que currículo é um plano pedagógico e institucional para orientar a aprendizagem dos alunos de forma sistemática. A partir de autores como Frigotto (2008);

Ciavatta (2012) e Ramos (2008) é possível compreender que o currículo integrado integra uma formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo. A integração tem sentido filosófico, expressando uma concepção de formação humana, integrando todas as dimensões da vida no processo formativo. A integração possibilita formação omnilateral¹ dos

¹ Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que considera todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para

o seu pleno desenvolvimento histórico. [...] Em síntese: “educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os

sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social, essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2008).

Para Ciavatta (2012, p. 85) “a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”, garantindo ao adolescente, jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação em que possam aprender a compreender o mundo e refletir sobre. Neste sentido, este artigo se propõe a tratar da temática do Ensino Médio Integrado, e retoma-se inicialmente alguns pressupostos históricos e políticos, resgatando a legislação mais recente sobre este tema.

Considerando a Lei n. 9.334 (BRASIL, 1996), o Decreto n. 5.154 (BRASIL, 2004), a Lei n. 11.174 (BRASIL, 2008a) e a Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008b), a educação profissional técnica de nível médio começou a ser implantada a partir de 2004, porém o movimento da formação profissional no Brasil vem sendo debatida a muitas décadas tendo muitos percalços até chegarmos em uma legislação pensada somente para essa modalidade de ensino. A proposta de ensino médio integrado ao ensino técnico ganhou força a partir da Lei n. 11.174 (BRASIL, 2008a) e logo após, com a Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008b), a criação dos IF's acabou impulsionando a efetivação dessa proposta.

Segundo Frigotto et al. (2018) a proposta de criação dos IF's ampliou as esferas de atuação, tornando-os multidisciplinares e atribuindo-lhes uma nova lógica pedagógica para atenderem ao ensino técnico profissionalizante integrado ao médio, básico e de nível superior, representando um desafio e uma quebra de paradigmas para o corpo docente e discente e, mais do que isso, de ruptura com práticas pedagógicas marcadas pelo tecnicismo e pelo dualismo educacional.

Este estudo tem o objetivo de analisar as concepções de ensino médio integrado a partir de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014). Desse modo, será possível perceber as relações entre referenciais teóricos de pesquisadores brasileiros sobre o Ensino Médio Integrado e o Projeto Pedagógico de Curso, e como este influencia toda a proposta curricular expressa no PPC.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Investigar o Ensino Médio Integrado demanda entendimentos sobre a Educação Básica e a Educação Profissional no Brasil, exige considerarmos as políticas educacionais, a partir das reformas propostas na LDBEN n. 9.394/96 (BRASIL, 1996), como passos importantes para a temática em estudo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) (BRASIL, 1996) que trouxe a Educação Profissional como uma modalidade educacional que perpassa os diferentes níveis, etapas e modalidades da educação; parte-se do contexto das legislações que modificam sua redação.

O decreto n. 5.154 (BRASIL, 2004) regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996) e dá outras providências em relação à educação profissional técnica de nível médio. Segundo o decreto, a articulação entre a educação profissional técnica e o ensino médio pode ser de forma integrada, concomitante ou subsequente. Integrada para quem já tenha concluído o ensino fundamental, em que o curso esteja planejado para habilitar o aluno no nível técnico e médio, na mesma instituição de ensino com a mesma matrícula para ambos os cursos. Concomitante para quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, em instituições distintas e em instituições distintas mediante

mesmos não são simplesmente dados pela natureza” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 756).

convênios. Nesse caso, as matrículas diferem para cada curso. E subsequente para quem já tenha concluído o ensino médio.

A Lei n. 11.741 (BRASIL, 2008a) altera dispositivos da LDBEN (BRASIL, 1996), visando redimensionar, institucionalizar e integrar ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica. Com essa lei adicionou-se na LDBEN no Capítulo II, Seção IV, a Seção IV-A para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio. Nesse sentido, o Decreto n. 5.154 (BRASIL, 2004) e a Lei n. 11.741 (BRASIL, 2008a) se complementam no que diz respeito a regulamentação do Ensino Médio Integrado.

[...] a proposta de “integração” contida no Decreto 5.154/04, posteriormente integrado no texto da Lei 11.741/08, foi um marco histórico importante no percurso da construção da unitariedade do ensino em nosso país, ao apontar para uma proposta fundamentada na concepção de uma educação tecnológica e/ou politécnica, a qual encaminha para uma formação omnilateral [...] (BREMER; KENZER, 2012, p. 7).

Ao passo que a Lei n. 11.741 (BRASIL, 2008a) veio para orientar e institucionalizar o ensino médio integrado, no mesmo ano temos a promulgação da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b) que criou os Institutos Federais como centros de referência em educação, ciência e tecnologia trazendo o ensino médio integrado como base de sua formação.

Em relação ao Decreto n. 5.154 (BRASIL, 2004) Frigotto (2012) sinaliza que são alterações de forma tópica, e aponta para a necessidade de uma revisão global da LDBEN (BRASIL, 1996), retomando a ideia de um sistema público de educação, indicada também por Saviani (1998). Neste sentido, os autores apontam a necessidade de uma sólida política de ensino médio, em que seja concebido como educação básica e também articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da

ciência, sendo um direito social e subjetivo, que se vincula a todas as dimensões da vida.

A formação integrada entre o ensino geral e a educação profissional exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção de vida (CIAVATTA, 2012), de modo a compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura entendendo o trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2008). Para Ramos (2008) formar profissionalmente não é só preparar para o exercício do trabalho, mas é preciso que também se proporcione a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, destacando suas conquistas e os seus revezes, além de habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões.

Ao tratar deste horizonte da formação humana, Frigotto (2012): “trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana” (p. 74). Nesta perspectiva o autor situa que a centralidade está em compreendermos o ensino médio como fase final da educação básica e a sua articulação inseparável da formação profissional.

Frigotto (2012) enuncia que o ensino médio e sua relação com o mundo do trabalho não pode ser confundida com o imediatismo do mercado de trabalho e muito menos com o vínculo imediato com o trabalho produtivo, pois se trata de uma relação com o trabalho em sua natureza ontocriativa. Ou seja, a formação profissional específica tem como condição prévia a educação básica e articula-se a esta.

Nesse sentido, “não se superam as desigualdades no âmbito educativo e cultural sem, concomitantemente, superar a materialidade de relações sociais que as produzem” (FRIGOTTO, 2012, p. 77). A travessia é complexa e contraditória, pois conforme Frigotto (2012) na realidade social construída historicamente no Brasil, a maioria dos jovens não consegue concluir o ensino médio no período regular ou o faz de forma precária em cursos supletivos e no horário noturno. Diante desta realidade deixamos de

cumprir a justiça social, a preparação para o trabalho complexo e eximimos com a possibilidade dos jovens produzirem ciência e tecnologia.

Considerando este cenário tem-se a necessidade de que os jovens realizem um ensino médio integrado, que preserve sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, de forma articulada em uma área técnica ou tecnológica (FRIGOTTO, 2012). Assim o contexto político pelas legislações, decretos e pareceres amplia o tempo de escolaridade com uma carga horária anual maior e uma concepção educativa integrada no âmbito dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa em Educação de abordagem qualitativa investiga o Ensino Médio Integrado, a partir de uma revisão bibliográfica das literaturas da área, sendo livros e artigos de periódicos que centram o tema. Também foi realizada a análise documental, segundo Lüdke; André (1986), são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informações sobre o comportamento humano” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 187).

Incluem-se na análise documental desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. No caso desta pesquisa analisamos as legislações, pareceres, resoluções e diretrizes curriculares que envolvem o tema do Ensino Médio Integrado, a partir do olhar crítico de pesquisadores da área: Frigotto (2008); Ciavatta (2012) e Ramos (2008). Teve-se o foco principal de análise no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014); este documento é de livre acesso (disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/>).

A partir de Lüdke; André (1986) compreende-se que os documentos constituem

também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências, que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda, uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Pedagógico de Curso que analisamos foi o do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santo Augusto. Este PPC foi criado e aprovado em outubro de 2008, tendo sua última reformulação em 2014 (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014). O PPC (2014) inicia trazendo breves informações sobre o Curso Técnico em Agropecuária. O curso é ofertado anualmente, com duração de 3 anos, na modalidade presencial e na forma integrada ao ensino médio sendo seu turno de oferta integral (manhã e tarde) e o eixo tecnológico é o de Recursos Naturais. O curso tem carga horária de 3.400 horas relógio, sendo obrigatório a realização de estágio na área com a duração de 180 horas relógio (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

A região de abrangência da instituição é de 37 municípios e sendo uma região com grande potencial agropecuário, o PPC (2014) justifica a oferta do curso como uma possibilidade de formar profissionais capacitados que possam desenvolver ações na região visando o crescimento econômico e social.

A proposta do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, visa oportunizar a formação de profissionais voltados para a produção agropecuária, com propósito de diversificação da produção rural, permitindo a subsistência do produtor rural e oportunizando a geração de emprego e renda aos trabalhadores da região. (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014, p. 16).

Analisando a justificativa da oferta desse curso na região em que abrange, concordamos com Frigotto e Araújo (2018) que a integração é um princípio pedagógico orientador de práticas formativas focadas na necessidade de ampliar nas pessoas sua capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social. A instituição, ao ofertar o curso, acaba se comprometendo em devolver para a sociedade profissionais capazes de contribuir para o crescimento econômico da sua região e mais que isso, pessoas com uma concepção moral e social que venham a modificar sua realidade.

O PPC (2014) traz também as políticas institucionais no âmbito do curso, tais como projetos de pesquisa, ensino e extensão que visam fomentar a investigação, com objetivo de inovar e a difundir conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, visando o desenvolvimento social (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014). Nesse sentido, o PPC precisa ter uma definição clara de finalidades políticas e educacionais emancipadoras e o compromisso com as mesmas, sendo essas as condições para a concretização do projeto de ensino integrado, sem o que, esta proposta pode ser reduzida a um modismo pedagógico vazio de significado político de transformação (FRIGOTTO; ARAÚJO, 2018).

Frigotto; Araújo (2018) ainda complementam que

o ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos

sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente. (p. 251)

O PPC (2014) do curso traz a concepção do currículo do curso Técnico em Agropecuária Integrado como premissa para a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, articulando os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

De acordo com Ramos (2008), o trabalho é princípio educativo no ensino médio pois proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, além de que o trabalho, nos sentidos ontológico² e histórico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio por ser condição para se superar um ensino mecânico que não permite os estudantes estabelecer relações entre a ciência que aprende e a realidade em que vive.

O currículo do Curso Técnico em Agropecuária Integrado está organizado a partir de três núcleos de formação: Núcleo Básico, Núcleo Politécnico e Núcleo Tecnológico, os quais são perpassados pela Prática Profissional (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

No PPC (2014) são explicitadas as ideias de cada núcleo e qual o objetivo do mesmo na proposta de ensino médio integrado. O Núcleo Básico é constituído a partir dos conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, com o objetivo de desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva, a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos

natureza e com os outros homens e, assim, produzindo conhecimentos.

² Segundo Ramos (2008) o trabalho tem sentido ontológico, pois precisa ser compreendido como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a

(INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

No Núcleo Tecnológico se tem um espaço de organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à formação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do estudante (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

O Núcleo Politécnico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular em que se tem disciplinas que integram a educação básica e o ensino técnico, sendo também um elo comum que une o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, propiciando a criação de espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir meios de realização da politécnica. “O Núcleo Politécnico é o espaço onde se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politécnica, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade” (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014, p. 22).

A organização curricular do curso traz também a Prática Profissional Integrada (PPI), integrando todos os núcleos, efetivando a proposta de politécnica. A proposta da PPI é agregar conhecimentos por meio da integração entre as disciplinas do curso, resgatando assim, conhecimentos e habilidades, adquiridos na formação básica e incentivar a pesquisa como princípio educativo promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão através do incentivo à inovação tecnológica. Segundo o PPC, a PPI é orientada pelas diretrizes institucionais para os cursos técnicos do IF Farroupilha e demais legislações da educação técnica de nível médio (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014). Desse modo, a PPI busca articular disciplinas do núcleo básico e do núcleo tecnológico, sendo assim, um dos espaços no qual se busca promover, durante todo o processo formativo do estudante, a politécnica, a formação

integral, omnilateral, a interdisciplinaridade, integrando os núcleos da organização curricular (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2014).

A proposta da PPI vem ao encontro do que a Ramos (2008) explicita, que nenhum conhecimento específico é definido como tal se não consideradas as finalidades e o contexto produtivo em que se aplicam, se ensinado exclusivamente como conceito específico, profissionalizante, sem vincular com as teorias gerais do campo científico em que foi formulado, provavelmente não se conseguirá utilizá-lo em contextos distintos daquele em que foi aprendido.

Analisando a forma com que a PPI é trazida no PPC (2014), percebemos que a proposta é bem fundamentada nos princípios dispostos na resolução n. 028/2019, de 07 de agosto de 2019, sendo um documento institucional de Diretrizes administrativas e curriculares para a organização didático-pedagógica da educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Como podemos perceber no art. 108 da resolução:

A PPI é uma metodologia de ensino que contextualiza a aplicabilidade dos conhecimentos aprendidos no decorrer do processo formativo, problematizando a realidade, fazendo com que os estudantes, por meio de estudos, pesquisas e práticas desenvolvam projetos e ações, baseados na criticidade e na criatividade. (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2019).

A PPI se constitui em uma proposta capaz de proporcionar aos estudantes a integração de todos os saberes desenvolvidos ao longo do curso, sendo uma proposta que também visa o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo ao passo que aumentam as possibilidades de produção de conhecimento.

As análises realizadas têm o intuito de ressaltar a perspectiva do Ensino Médio Integrado em uma proposta diferenciada no âmbito dos IF's, proposta essa já reforçada por Frigotto (2012),

Ciavatta (2012), Ramos (2008). O PPC (2014) analisado traz breves concepções de Ensino Médio Integrado, focando mais na aplicabilidade da proposta no Curso Técnico em Agropecuária do que analisando a mesma. Percebemos ainda, que o PPC consegue explicitar como a proposta de ensino médio integrado desenvolvida na instituição, aproximando-se da ideia de Ramos (2008) que o trabalho é princípio educativo, quando focado na formação omnilateral e integral dos indivíduos, não sendo uma formação meramente tecnicista e dualista (FRIGOTTO, 2012; CIAVATTA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, foi possível compreender que a educação profissional no Brasil passou por diversos percalços até chegar em uma legislação específica, apesar de que mesmo com essa legislação ainda se discute muito sobre como efetivamente desenvolver o que se propõe. Com o passar do tempo, o ensino médio integrado passou a ser uma possibilidade de formação técnica integrada ao ensino básico, em que os estudantes poderiam ter uma educação focada na formação integral como forma de superar o tecnicismo e dualismo presente na nossa história educacional.

Sendo assim, os IF's foram criados com o objetivo de ofertar o ensino médio integrado a cursos técnicos, além de cursos superiores e educação de jovens e adultos, sendo responsáveis por efetivamente desenvolver as propostas impostas na legislação. Consideramos que o PPC analisado trouxe concepções e informações relevantes para o entendimento da proposta de ensino médio integrado e como a instituição se compromete com a formação omnilateral dos estudantes, trazendo o ensino técnico na possibilidade de formar jovens capacitados para trabalhar e fortalecer as relações econômicas e sociais da região.

Salientamos ainda, que ainda falta muito para que o currículo integrado seja desenvolvido em sua totalidade, pois as atuais políticas públicas ainda são insuficientes. Enquanto a sociedade não conseguir compreender que o trabalho é um

processo educativo e que adolescentes, jovens e adultos têm o direito de uma formação omnilateral, não conseguiremos progredir economicamente e tampouco, socialmente.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 17 jan 2021.
2. BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2021.
3. BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em 04 fev. 2021.
4. BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras**

- providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 29 jan. 2021.
5. BREMER, M. A. de S. KUENZER, A. Z. Ensino médio integrado: uma história de contra contradições. **IX Anped Sul**, 2012. Caxias do sul - RS. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2217/208>>. Acesso em 19 de jan. de 2021.
 6. FRIGOTTO, G. ARAÚJO, R. M. de L. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.
 7. FRIGOTTO, G. et al. O “estado da arte” das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da pós-graduação – de 2008 a 2014. In: **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Gaudêncio Frigotto, organizador. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.
 8. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. in: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 9. FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. in: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 10. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
 11. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Diretrizes administrativas e curriculares para a organização didático-pedagógica da educação profissional técnica de nível médio no Instituto federal de educação, ciência e tecnologia farroupilha**. Resolução n. 028/2019, de 07 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/>> Acesso em: 18 jan. de 2021.
 12. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Projeto pedagógico do curso técnico em agropecuária integrado**. Santo Augusto, 2014. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/>> Acesso em: 18 jan. de 2021.
 13. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
 14. RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008. Disponível em <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/>.
 15. SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.
 - 16.